

“Nós queremos pão e rosas”: feminismos e ativismos de mulheres junto aos descontentes da América (Estados Unidos, 1900 – 1929)

RESUMO

Flavia da Rosa Melo

E-mail: rmelo.flavia@gmail.com
Universidade Federal do Paraná,
Curitiba, Paraná, Brasil

A atuação de sujeitos e de grupos políticos dissidentes na sociedade americana foi constante nas primeiras décadas do século XX. As esquerdas e outros movimentos alternativos, bem como as feministas, tem grande responsabilidade nas transformações que ali se deram. Deve-se aos feminismos e aos movimentos de mulheres grandes conquistas sociais como o sufrágio, leis trabalhistas e a assistência social aos pobres e desvalidos. A partir de uma revisão de literatura especializada, o objetivo aqui é de refletir sobre as matizações de gênero presentes neste contexto. Tal reflexão permitiu ver como em meio a uma sociedade conservadora e mesmo reacionária, novas expectativas sobre a mulher se construíram alicerçadas em experiências políticas e sociais feministas, de esquerda e radicais, a despeito do fato de que o imaginário do *American Dream* não tenha sido idealizado para tais movimentos, vivências e subjetividades político-culturais.

PALAVRAS-CHAVE: Movimento Feminista. Estudos de Gênero. História dos Estados Unidos. História das Mulheres.

INTRODUÇÃO

Reações a moderna América existiram desde antes da década de 1930 e da Quebra da Bolsa de Valores¹. A Geração Perdida de escritores desencantados com a modernidade e a sociedade de consumo refletiu sobre as futilidades dos norte-americanos, condenando os abusos e a violência do Estado e o não-reconhecimento de direitos sociais e da liberdade individual (KARNAL, 2007, p. 203). Uma análise mais atenta evidencia que este clima intelectual questionador foi pungente, e não se restringiu ao campo da literatura, ou do pensamento político “oficial” do Estado com o progressivismo. A imagem dos Estados Unidos da América como uma nação coesa, unificada à luz dos desejos de progresso e da igualdade de direitos entre os homens foi um desejo distante de uma efetiva realidade. Eram idealizações de um pensamento que expressava interesses de homens brancos e de posses, a despeito do que indicavam outros grupos sociais e sindicatos, bem como das mulheres lutando por seus direitos e pela emancipação, ou dos jornais repletos de manchetes sobre estes movimentos.

Este artigo faz uma revisão bibliográfica atenta a pensar tais movimentos, dando atenção, quando possível, ao uso de uma bibliografia **atenta ao** ou **produzida por** feministas que ainda não foi traduzida para o português. Desta forma visamos colaborar para o campo de estudos de gênero e feministas também publicizando tais obras e facilitando o acesso às discussões que são ali trazidas. Colocar em diálogo tais estudos permite ver quem e quais foram os descontentes da América nas primeiras décadas do século XX, bem como os problemas de gênero intrínsecos à modernidade. O objetivo deste trabalho é, portanto, o de refletir sobre as matizações de gênero presentes neste contexto. Para tal é feita uma especial consideração à história dos feminismos e dos movimentos de mulheres neste cenário de efervescência política, social e cultural. Este trabalho está dividido em dois momentos principais e na subsequente consideração final. No primeiro momento é feito um quadro histórico mais amplo e contextual, que demonstra a especificidade política e de gênero do *American Dream* (o “Sonho Americano”); na sequência, verticalizamos a consideração sobre os ativismos e movimentos de mulheres, para publicizar a história de tais atuações e também desmistificar a ideia de que a origem dos feminismos nos Estados Unidos seja ligada somente à pautas liberais e de mulheres brancas, uma retórica corrente quando se pensa nos feminismos como “ondas”.

CONCEITUAÇÃO

A análise aqui elaborada considera que gênero é uma categoria histórica (SCOTT, 1995), perspectiva que reitera a importância de pesquisas historiográficas e nas ciências como um todo que se debrucem a pensar justamente como se dá a inscrição de tal categoria nos corpos em cada época e contexto. Portanto, como afirma Guacira Lopes Louro (2013, p. 10), tanto o sexo quanto o gênero se constroem nas dimensões sociais e políticas, com um caráter reiterado “através de processos culturais, pelos quais se define o que é – ou não – natural”. É por essa razão que os corpos ganham sentido social, e por tal que a inscrição dos gêneros em tais corpos é sempre feita dentro, com e por marcas dessa cultura e suas redes de poder que devem ser analisadas. A escolha por nomear grupos políticos tão diferentes e por vezes dissidentes entre si como **descontentes da América** se deu,

por escolha da autora, como ferramenta para congregar as leituras e reflexões aqui relacionadas. Veremos como o comum entre todos os grupos – considerando nisso suas pautas e particularidades próprias – foi o da crítica ao *American Dream*, ao ideário capitalista, liberal, androcêntrico, falocêntrico e branco que ele porta.

A QUEM ERA POSSÍVEL O AMERICAN DREAM?

As insurgências político-culturais das primeiras décadas do século XX nos Estados Unidos.

O progressismo é a marca da política de Estado dos Estados Unidos nas primeiras décadas do século XX. Sendo um movimento preocupado com as questões e mazelas sociais acirradas pela modernidade, como a pobreza urbana e a exploração do trabalho, o progressismo teve um comprometimento inegável com a justiça social, questão que começava cada vez mais a ganhar espaço nas lutas políticas na virada do século. Compunham este movimento progressista (ou progressivista) indivíduos de classe média branca – como religiosos, intelectuais, comerciantes e advogados – que foram os primeiros cidadãos a atuar de forma organizada, engajados com o desejo de transformação e avanço da América. Ao tempo em que o surgimento de metrópoles e as ondas migratórias eclodiam, os anseios sociais, econômicos e políticos relacionados à industrialização incitaram esta *intelligentsia* progressista a pressionar o Estado pela criação de leis de amparo aos trabalhadores. Foram ainda atentos às reivindicações das mulheres e aos serviços de assistência, como a construção de escolas, creches, hospitais e parques para o usufruto dos norte-americanos mais pobres (DIVINE et al, 1990, p. 483).

A preocupação progressista com movimentos de assistência e reforma social não foi nem de perto um posicionamento socialista e revolucionário, ou crítico à economia e ao *laissez-faire*. Tratou-se, em vez disso, da manifestação e do esforço de uma classe média moderada e conservadora, contrária a algumas transformações modernas. Ou seja, posicionavam-se contra a corrupção dos políticos, a manutenção dos conglomerados industriais em posse de poucos banqueiros e as mudanças socioculturais que estavam ameaçando o “verdadeiro” norte-americano. Através da responsabilidade social e da investigação científica, era desejo e ideal progressista socorrer os cidadãos que estavam na miséria nos grandes centros urbanos devido a industrialização nos moldes do liberalismo (LEE; REINDERS, 1981, p. 240).

Tal ímpeto do pensamento progressista pela reforma e mudança preparou terreno desde fins do século XIX para que outros sujeitos e grupos descontentes surgissem. Eles influenciaram reformas que visavam o desenvolvimento e a formação de nova nação, a partir de outras referências ideológicas.

Pensando estas insurgências, é algo reiterado nas análises e estudos que tratam das transformações ocorridas na “Era Progressista” afirmar que no plano do pensamento e da ação política, um conservadorismo muito grande norteou diversos setores da sociedade norte-americana, principalmente no nível governamental. Todavia, uma análise mais atenta dá conta da existência de diversas manifestações políticas e sociais que questionam a extensão desta afirmação. O sistema econômico que transformou os Estados Unidos numa

potência na virada do século também possibilitou a emergência de agitações internas muito representativas, que detêm semelhante espaço de destaque. Movimentos políticos contestadores e artísticos enfatizaram abertamente temas de crítica social, colocando em questão o imaginário de liberdade, bem como as chances de se alcançar a plenitude do *American Dream*.

Pensando nos movimentos reacionários e de extrema direita desta época, já se tem evidências de que o progresso e o apogeu econômico conviviam com problemas sociais. É patente este descontentamento no notório ressurgimento de grupos reacionários e extremistas ligados a *Klu Klux Klan* (KKK), com milhares de membros defensores da supremacia branca e do nacionalismo branco, além do fortalecimento de fundamentalismos religiosos na década de 1920. Para Alan Brinkley (1997), a KKK e os diversos grupos que a ela se identificam são exemplos de que os anos 20 foram também a época em que a classe média e todos aqueles cidadãos e grupos nostálgicos da Era Dourada expressaram de forma violenta suas ansiedades frente a um contexto de ebulição e transformação social, cultural e política.

Mesmo esta imagem de que os Estados Unidos foram essencialmente uma nação conservadora e xenófoba é por vezes convencionalizada na memória histórica desde fins da Guerra Civil. A existência de uma doutrina política unânime, republicana e adepta do capitalismo liberal não é uma afirmação que se sustenta. As dissidências políticas e sociais a este modelo dominante tiveram grande expressividade numa sociedade que vinha se diversificando e assumindo um papel protagonista no cenário internacional. Por isso é necessário que ao refletirmos sobre todo este amplo contexto não se pense a situação e as reações suscitadas como uma tábula rasa, como se as transformações econômicas e sociais tivessem o mesmo impacto sobre os indivíduos, e como se todos os grupos e cidadãos aceitassem se unir em prol de “algo maior” pela nação norte-americana.

Os trabalhadores e as mulheres se adaptaram às fábricas não só devido à repressão, ou modificando sua relação com o tempo, a família e a cultura. Repensaram sua relação com o mundo social, o trabalho e os excessos patronais, assumindo uma atitude reflexiva, com posicionamentos críticos e ativos, não necessariamente convergentes politicamente. Na moderna e desenvolvida América, dos grandes centros urbanos, fomentou o progresso e o enriquecimento, mas também novas organizações e filiações políticas, enfim, a aspiração da luta por formas alternativas de organização do mundo.

Deve-se muito do surgimento destas novas filiações políticas que se desenvolvem nesta época à emergência de espaços de sociabilidade política e cultural além do próprio convívio no mundo do trabalho. A consolidação da relação degradante e desigual entre patrões e empregados vingou uma forte resistência contra as injustiças e desigualdades que a modernização e industrialização da economia só faziam ampliar. Este foi o caso das federações trabalhistas, comitês, cooperativas, sindicatos e movimentos políticos que se formaram nesta época, alguns dos quais existentes até nos dias de hoje.

A “lei de ferro dos salários” – que podemos simplificar pensando na relação entre oferta e procura – era o que mantinha os salários baixos e as péssimas condições de trabalho, justamente o que as organizações, das quais muitas eram abertamente ligadas à esquerda, visavam combater (DIVINE et al., 1990, p. 416). Assim, o intento progressista que convocou os indivíduos a se unirem em prol de

reformas na sociedade norte-americana não influenciou apenas a formação das entidades e associações profissionais liberais, bastante características e atuantes neste período. De igual modo, não houve um predomínio do reacionarismo de extrema direita.

Portanto, o ideal de união para a mudança e reforma também existia e se fez no fortalecimento de movimentos em defesa dos direitos das minorias e na instauração de um contexto de verdadeira agitação política, liberal e não-liberal. Movimentos sindicalistas, anarquistas, grevistas e feministas se organizaram neste momento, tomando a pobreza e as hierarquias sociais, raciais e sexuais não como fatalidade, mas sim como resultado de uma organização histórica da sociedade americana: algo bastante distante e crítico ao darwinismo social e ao ideário do indivíduo branco estadunidense que “se fez sozinho”.

Assim, desde fins do século XIX movimentos críticos das relações sociais de gênero e de trabalho reverberaram nos Estados Unidos. Para o historiador Michael Kazin (2011), isto se deve ao forte papel político do movimento sindicalista e ao fortalecimento da ideia de um mundo governado pela classe trabalhadora, que foi a doutrina oficial da esquerda dos Estados Unidos durante a Era Progressista. Eles influenciaram o próprio pensamento democrático e a noção de liberdade do indivíduo, pois pensar na libertação da classe trabalhadora era, à época, uma palavra de ordem (KAZIN, 2011). A “ameaça vermelha”, que foi um dos medos mais dominantes e presentes nos discursos políticos e na produção cultural após a crise econômica de 1929 e durante todo o período de Guerra Fria nos Estados Unidos, não era um medo sem fundamento, uma ameaça sentida pela classe dominante direcionada apenas aos indivíduos e grupos “de fora” dos Estados Unidos. A sociedade norte-americana não era nem unânime nem condescendente, e o anseio por uma nova ordem econômica, social, política e de gênero estava presente em grupos “de dentro”, formados por milhares de cidadãos estadunidenses.

A dimensão de algumas organizações dissidentes e críticas à política dominante formalizada nesta época evidencia isto. Fundada em 1881, a *American Federation of Labor* viria a ser uma das organizações de trabalhadores mais importantes do país no século XX. Esta organização conseguiu reunir aproximadamente dois milhões de sindicalizados em 1914, o que significa um terço dos trabalhadores especializados do país nas vésperas da Primeira Guerra Mundial e do fracasso do ideário progressista (KAZIN, 2011). Ações de grupos socialistas ocorriam em diversos estados norte-americanos e em plano nacional: o Partido Socialista (*Socialist Party*) foi fundado em 1901 e existiu até 1920; anterior a ele, o Partido do Povo (*People’s Party*) existia desde 1891, exercendo uma resistência política e engajada entre os operários, conseguindo até mesmo concorrer nas eleições em diversos estados – principalmente no sul país, pouco industrializado e onde a resistência político-econômica teve um perfil mais populista entre os fazendeiros (KAZIN, 2011).

Uma esquerda ainda mais radicalizada também se firmou nesta conjuntura, corroborando para que um sentimento de ansiedade e luta contra esta figura ameaçadora sem definição que é o socialismo e o comunismo, tomasse grandiosas proporções. Os *wobblies*, como ficaram conhecidos os membros do sindicalismo revolucionário do *Industrial Workers of the World* (IWW) eram bastante radicais desde sua criação em 1905 e são um exemplo disto que falamos. Tinham como

objetivo organizar os trabalhadores independentemente de sexo, etnia e qualificação, apostando na solidariedade entre os trabalhadores como alternativa aos sindicalismos pouco radicais e aliados à classe patronal que também agiam neste período (INDUSTRIAL..., 2017).

“QUEM NÃO SE MOVIMENTA, NÃO SENTE AS CORRENTES QUE O PRENDEM”

Os movimentos feministas e de mulheres.

Como esboçado até aqui, todas as organizações desta época convocaram os cidadãos para a luta efetiva e foram atendidos. Desde o começo do século XX os Estados Unidos viram surgir piquetes e greves recorrentes que reuniam multidões, e extensa parte protagonizado por mulheres.

Uma das palavras de ordem mais famosas de então é **“Nós queremos pão e rosas”**. Este chamamento político tem origem em uma fala proferida por Rose Schneiderman, uma integrante do *Women's Trade Union League* (WTUL) de Nova York. Afirma-se que Scheiderman proferiu esta máxima por volta do ano de 1912 em uma greve em Lawrence, Massachussetts, no que hoje em dia é até conhecida como *Bread and Roses Strike*. Schneiderman defendia que era direito dos trabalhadores receber honorários que suprissem mais do que somente as necessidades básicas deles e de suas famílias. Era uma greve não só por melhores salários, mas também por dignidade e respeito para toda a classe trabalhadora. A frase original dita por Schneiderman foi *"The worker must have bread, but she must have roses, too."* Isto é: ela falava e lutava abertamente pensando nas mulheres trabalhadoras. Schneiderman se inspirou em um poema publicado em 1911 na *The American Magazine* intitulado *"Bread for all, and Roses, too'- a slogan of the women in the West"*, de autoria de James Oppenheim. Schneiderman faleceu em agosto de 1972 na cidade de Nova York, aos 90 anos (EISENSTEIN, 1983).

A luta não era, portando, só por melhores salários, mas também por dignidade e reconhecimento das dificuldades dos trabalhadores e trabalhadoras frente à opressão exercida pelo capital (KARNAL, 2007). Logo, a forma pela qual essas esquerdas agiam nos Estados Unidos não se restringiu ao formato institucionalizado da política republicana de eleições diretas. Estes sindicatos e uniões convocaram homens e mulheres no campo e na cidade para o enfrentamento efetivo entre as classes, lutando pela regulamentação de leis trabalhistas e a assistência aos economicamente vulneráveis.

A ação política e social das esquerdas e o temor que suas reivindicações causavam nos setores da direita, bem como no próprio Estado, ficam ainda mais evidente a partir dos números que se relacionam a esta inquietação. Entre 1870 e 1900, mais de 23 mil greves envolvendo 6,6 milhões de trabalhadores e trabalhadoras ocorreram no país, muitas delas extremamente violentas. A título de exemplo, no ano de 1877 uma greve ferroviária na linha que ligava a Virgínia até a Califórnia foi violentamente reprimida pelo governo, o que causou a morte de mais de 100 trabalhadores. Em fábricas na Pensilvânia e em Chicago existem relatos de grevistas mortos por policiais e milícias contratadas pelos empresários porque o operariado estava resistindo à redução dos salários – ou então porque havia a convocação de comícios e protestos (DIVINE et al., 1990).

Ainda que as mulheres fossem idealizadas e estereotipadas como frágeis, fracas e aptas para um nicho específico de trabalho, elas igualmente lutaram por seus direitos, sendo igualmente submetidas à violência. Em março de 1911, em Nova York, 130 mulheres morreram em um incêndio numa fábrica têxtil por conta das más condições do lugar e porque os patrões trancaram as portas para que não houvesse roubos em meio a correria que se estabeleceu com o fogo². Assim, homens e mulheres faziam parte destes movimentos contestadores que legaram sementes críticas e oposicionistas, bem como o sentimento da existência de alternativas àquele sistema opressor dos trabalhadores e das minorias étnicas, culturais e sexuais. A repressão violenta generalizada foi, também, uma faceta comum do começo do século XX.

É importante pensar que os projetos políticos socialistas se sustentavam na expectativa da construção de um futuro diferente do presente, tanto no que diz respeito ao mundo do trabalho quanto da cultura, do funcionamento da família e de novas relações amorosas, proporcionando a elaboração de novos modelos de relações de gênero e do lugar das mulheres numa sociedade livre (FRAISSE et al., 1991). Na defesa pelos direitos civis e pela reforma das relações de trabalho, havia a preeminência de lutas que visavam a equiparação dos direitos das mulheres com os dos homens. Tanto na esquerda socialista e revolucionária, quanto na vertente progressista moderada, o progresso da nação e da sociedade passava pela revisão de políticas para as mulheres e a família.

É claro como foi simultaneamente ao fortalecimento dos movimentos de classe críticos às desigualdades vigentes nos Estados Unidos que movimentos feministas e de luta pelos direitos das mulheres surgiram e disseminaram suas agendas. Desde meados do século XIX, nos países europeus e nos Estados Unidos (ainda que seja inegável que tenha ocorrido também no Brasil e em demais localidades, questão salutar que não pode ser esquecida), organizações feministas intensificaram as reivindicações pela igualdade civil e política das mulheres, com agendas que reivindicavam a mudança das leis que discriminavam seus direitos no casamento, o direito ao voto, no trabalho e no acesso à educação, entre outras causas (KAZIN, 2011).

É neste quadro que Eric Hobsbawm (2015, p. 301-302) afirma que tal contexto de transformações sociais, culturais, econômicas e políticas propiciou o surgimento de “uma nova mulher”: a emancipação feminina ainda era muito modesta, mas a atividade de mulheres em campos antes exclusivos aos homens teve impacto significativo naquela sociedade conservadora e patriarcal. O próprio aumento do uso de termos correlatos às lutas feministas e de esquerda é um indício da difusão de novas ideias e valores na sociedade norte-americana: não foi por acidente que “feminismo” e “controle de natalidade” entraram no léxico político e cultural norte-americano nas primeiras décadas do século XX (HOBBSAWM, 2015).

Mesmo diante das mudanças sociais e econômicas do último quarto do século XIX, boa parte da sociedade estadunidense era conservadora em relação ao papel social dos gêneros, defendendo que o lugar social da mulher era o lar, ou então trabalhando em afazeres “femininos”, como o magistério e a enfermagem – profissões novas com um status social e salários mais baixos, justamente porque eram profissões “femininas” (DIVINE et al., 1990). Estes setores mais conservadores ignoravam – e podemos considerar que o faziam de forma

deliberada – as mudanças sociais, os movimentos e demandas das mulheres, enfim, as vontades e novas urgências das trabalhadoras e cidadãs norte-americanas.

Colocar este período de crítica à modernidade, com as motivações socialistas e de esquerdas como as únicas razões para o surgimento do movimento feminista não dá conta da realidade complexa daquela época, nem da dimensão das lutas que vinham há muitos anos sendo encabeçadas por mulheres nos Estados Unidos. Certamente, esta questão trabalhista era uma agenda fundamental do período, mas as origens e demandas das primeiras feministas foram muito mais profundas e variadas do que estas (KAZIN, 2011). Movimentos por mudança e igualdade sexual e racial vinham se organizando desde antes da Guerra Civil norte-americana, contando com a atuação política das mulheres. Boa parte das lutas pelo fim da escravidão nos Estados Unidos (assim como no Brasil) e pelo sufrágio feminino teve a decisiva atuação feminina, juntamente com organizações religiosas com semelhante participação (KAZIN, 2011).

Um dos temas mais lembrados dentro da história dos feminismos e do ativismo político das mulheres nos Estados Unidos é justamente este da luta pelo sufrágio feminino. Os feminismos e movimentos de mulheres eram plurais, por vezes divergentes. Uma parte deste feminismo norte-americano, mais radical e de viés racista, não se conformava com o fato de que desde 1869 o direito ao voto havia sido concedido aos homens negros. Para algumas mulheres era inadmissível que elas, brancas e de elite, não tivessem um direito que fora concedido a eles (JENKINS, 2015). No entanto, esta perspectiva política com referência racial não se resumiu à totalidade do movimento sufragista norte-americano. Mais de 150 mil membros compunham o *Women's Christian Temperance Union* (WCTU) por volta de 1890, que igualmente lutavam pelo sufrágio feminino e pela união trabalhista. Em 1920 a luta veio a ter êxito com a Emenda à Constituição dos Estados Unidos reconhecendo o direito das mulheres ao voto (KAZIN, 2011).

É notável que os ganhos sociais alcançados pelos esforços feministas foram bem além do direito ao voto e fim das discriminações de gênero. Foram também reivindicações por campanhas pelos menos favorecidos social e economicamente, como o fim dos abusos por parte dos patrões e chefes, a exploração de mão-de-obra infantil, a defesa da criação de hospitais públicos e a melhoria nas moradias mais humildes (KARNAL, 2007). Organizações como a *National American Woman Suffrage Association* (NAWSA) de 1890, em sua primeira década de existência já contava com 10 mil integrantes e lutava pelo sufrágio e por ações assistenciais. O WCTU desde 1873 já estava se organizando e pleiteando por reformas sociais (KAZIN, 2011). O que estava na luta para estes movimentos femininos não era somente a obtenção do direito ao trabalho remunerado, mas principalmente o fim da exploração para mulheres e homens. A proibição do trabalho noturno, a formalização do dia de trabalho de oito horas, a admissão de inspetores nas fábricas para cuidar para que as leis e direitos dos trabalhadores fossem cumpridos, direitos sobre a maternidade e a não-demissão em caso de gravidez, a luta contra o trabalho infantil e contra a prostituição foram alguns dos tópicos de suas agendas políticas.

A partir desse quadro geral vemos, portanto, que nos Estados Unidos das décadas iniciais do século XX a luta pelos direitos das mulheres muitas vezes correspondeu com o esforço para fazer avançar a justiça social, racial e econômica:

era uma pauta comum a de que somente pelo enfrentamento de múltiplas e entrelaçadas injustiças os problemas dos mais necessitados, homens e mulheres, poderiam ser solucionados. A defesa e o pleito feitos para as mulheres não se restringiram a grupos da esquerda ou da direita. Ela era plural, diversificada, bem-organizada e com demandas e direcionamentos intelectuais que previam a mudança das relações de trabalho, sociais, culturais e econômicas. É por isso que

(..) é um erro caracterizar o feminismo como um movimento de mulheres “de carreira”. Algumas feministas priorizaram o direito feminino de serem empregadas nas mesmas bases e direitos que os homens, enquanto outras pediram por maior respeito e apoio por mulheres trabalhadoras do lar – isso sem mencionar a maioria feminista que lutava por ambas as demandas. Nunca houve uma agenda única do feminismo, uma agenda unificada (COBBLE; GORDON; HENRY, 2014, p. xv tradução nossa).

Não se pode esperar, portanto, que mulheres e realidades tão divergentes concordassem com uma pauta única. Da mesma forma que a agenda dos trabalhadores e as demandas postas na luta de classes não convergiam para uma única ação e desejo – nem todos eram socialistas e/ou comunistas, vale salientar –, o feminismo sempre foi plural. Considerar que as mães solteiras, as esposas da classe operária e as viúvas não teriam urgências mais imediatas que a luta pelo sufrágio significa ignorar a realidade da maior parte da população feminina na virada de século, na América e na Europa.

É claro assim que em face deste contexto de uma nova sociedade com novas demandas, as lutas das mulheres por direitos políticos e sociais estiveram também intimamente ligadas às necessidades das mulheres das classes mais baixas (BOCK, 1991). Frente a este quadro, as reflexões sobre a maternidade, a sexualidade e a divulgação de métodos contraceptivos têm nessa época um destaque considerável nas agendas feministas.

Gisela Bock (1991) afirma que na diversidade de movimentos e associações identificadas como feministas as revisões e a crítica ideológica também incidiram sobre a maternidade e a criminalização do aborto e muitos grupos advogaram mesmo por técnicas de esterilização e métodos contraceptivos. Muitas mulheres foram perseguidas pelo governo norte-americano, neste período, acusadas de imoralidade, anarquismo ou qualquer outro crime – como Emma Goldman, presa e extraditada dos Estados Unidos na década de 1910, que é a autora da frase que dá título a esta seção. Kazin (2011) reforça como esta sensibilidade sobre a questão da maternidade e do verdadeiro peso desta responsabilidade para as mulheres pobres foi ainda o motivador de Margareth Sanger, que de forma similar a Goldman, tinha um pensamento muito radical para a época, advogando principalmente na defesa de que as mulheres trabalhadoras e donas de casa deviam conhecer seus próprios corpos e controlar a natalidade, impedindo, quando desejassem, o nascimento de crianças. Sanger tinha conhecimentos de enfermagem e os utilizou largamente. Ela cunhou no termo “controle de natalidade” para ajudar as mulheres pobres do Brooklyn nos anos de 1910 a interromper a gravidez e aprender sobre sexualidade.

É claro como as querelas que se relacionam à discussão sobre a maternidade e os direitos durante a gravidez eram pauta principal em diversas associações feministas e defensoras dos direitos das mulheres, que exigiram a atenção das

demandas civis e de políticas públicas a esse respeito. Algumas feministas europeias na virada do século já refletiam sobre a mesma questão, concebendo a maternagem como uma experiência feminina que envolvia conhecimento e trabalho e não algo da natureza das mulheres (BOCK, 1991). Para essas mulheres, a maternidade era mesmo a comprovação da capacidade feminina, até superior à do homem, em gestar, cuidar, trabalhar no espaço público e criar valores: as mulheres eram as únicas que podiam criar outro ser humano. Isso levava ainda ao direito pleno da emancipação e da não-exploração do sexo feminino pelos homens, pelo fim da vida restrita ao privado e pela exploração dos salários baixos, pois “(...) a sociedade lhes devia o reconhecimento social, político e econômico do seu trabalho doméstico” (BOCK, 1991, p. 436).

Nos Estados Unidos, este feminismo maternalista chegou em 1915 com Katherine Anthony, e encontrou um solo bastante receptivo. Organizações como WCTU tinham colocado as tarefas domésticas das mulheres no centro de suas atividades, reiterando sua importância pública e afirmando que estas tarefas eram similares àquelas desempenhadas nas fábricas e indústrias pelo país: era um trabalho merecedor de remuneração adequada, porque cuidar dos filhos devia ser algo valorizado e não uma justificativa para a dependência feminina (BOCK, 1991).

A partir dessa revisão de literatura, conhecemos até aqui uma pluralidade de ações de homens e mulheres que reagiram e ensaiaram mudanças na nação e na política norte-americana. Principalmente a diversidade de concepções sobre o papel social feminino e das atividades das mulheres reitera ainda a multiplicidade de motivações e conquistas que se associaram às suas lutas, o que desmistifica a ideia de que após a obtenção do sufrágio feminino em 1920, o movimento feminista norte-americano tornou-se por muitas décadas uma bolha de mulheres brancas e de classe média.

Pensando sobre isto em específico e na ameaça que a atividade política e social feminina às hierarquias de gênero nos Estados Unidos, muito nos auxilia a perspectiva de historiadoras feministas dedicadas a uma revisão da história da luta das mulheres e das lutas feministas nos Estados Unidos da América. Vemos neste grande quadro que a diversidade social e de classe foi uma característica dos diversos grupos feministas que se formaram. É o que afirmam várias feministas, historiadoras especialistas na questão: diferentes grupos de mulheres compunham a nação norte-americana e tinham, portanto, diferentes prioridades e agendas, pois

Num país diverso como os Estados Unidos, nós não podemos esperar que diferentes grupos de mulheres tenham uma mesma agenda. Não podemos esperar que mulheres pobres, alimentando suas famílias com cupons de alimentação tenham as mesmas prioridades que advogadas que esperam tornar-se associadas em firmas de advocacia. Não podemos esperar que mulheres que enfrentam discriminação racial e social desenvolvam as mesmas prioridades que mulheres que enfrentam apenas discriminação sexual (COBBLE; GORDON; HENRY, 2014, p. xv, tradução nossa).

Reconhecer a pluralidade das iniciativas torna patente a necessidade de considerarmos que os papéis de gênero que foram questionados por estes grupos e movimentos da esquerda e da direita não abalavam apenas as hierarquias entre homens e mulheres. Pode-se afirmar que a virada do século foi de estabelecimento

de uma “ameaça” não só face a ordem política e econômica, mas também de ultimato às hierarquias sexuais e de gênero daquela sociedade patriarcal. Os movimentos feministas foram, assim, transformadores da sociedade e cultura:

As feministas e reformistas sociais do final do século XIX forneceram um dos mais visíveis e ofensivos desafios políticos para as hierarquias de gênero existentes. Reivindicando seus direitos à igualdade política e jurídica com os homens, elas também apelaram a uma autoridade moral feminina distinta como justificativa por sua presença na esfera pública (FELSKI, 2009. p. 21, tradução nossa).

É na esteira destas discussões que a pesquisadora feminista Rita Felski (2009) afirma que a modernidade – e podemos dizer, o *American Dream* – parece um mundo formado por homens, para homens e com mulheres figurando como peças de uma complementaridade sexual porque por muito tempo se reconheceu como notórios os fatos, as ações e produções culturais do passado somente, ou de forma mais preponderante, como aquilo que os homens fizeram. As lutas feministas ou pelo direito das mulheres protagonizadas por pessoas que se identificavam como direita, esquerda, religiosas ou não, existiram e não eram grupos pequenos e fechados, exclusivos de mulheres brancas, negras, pobres ou ricas: eram centenas de milhares. Nesta perspectiva que a inquietação de Felski (2009) com essa representação do mundo moderno, do progresso e da tecnologia, como a de um mundo de homens nos quais mulheres são representações, parte complementar da ordem deste imaginário masculino, também nos auxilia a finalizar este trabalho.

Analisando a literatura e as artes na Europa deste período, Felski (2009) viu que as representações, imagens e discursos sobre a mulher eram louvadas e aceitas quando mães, casadas, jovens, castas, isto é, como mitos. Se não existiram dentro destes papéis, foram retratadas como peças que compunham o imaginário masculino, isto é: prostitutas e atrizes, ou ainda como mulheres masculinizadas e mecanizadas pelo trabalho, destituídas do ideal de beleza e feminilidade da época. Ou então eram lésbicas, históricas e subversivas: o ápice do simbolismo do que era a “modernidade feminilizada” pelo olhar masculino, potencialmente destrutiva da beleza, da maternidade, dos valores da família e com certeza, uma força que corrompia mulheres, o motivo pelo qual a presença e o controle dos homens e do Estado se fazia imperativa (FELSKI, 2009).

Devemos questionar tais imagens por dois motivos: primeiro, porque trata-se de um discurso de valores patriarcais reproduzidos em tecnologias de gênero (DE LAURETIS, 1987), de forma coercitiva sobre as mulheres. Em segundo lugar, no caso específico dos Estados Unidos que é aqui nosso foco de análise, porque a historiografia feminista mostrou como as mulheres eram plurais em suas existências e demandas políticas e não cabiam nos padrões de gênero da época, como também na leitura construída pelas produções culturais³. Se havia na Europa e nos Estados Unidos jovens solteiras ensaiando viver sua sexualidade de acordo com sua vontade, trabalhadoras de classe média e operárias, mães solteiras, celibatárias, mulheres atuando na luta política e social, ricas e pobres, negras e brancas, norte-americanas ou estrangeiras que agiram e modificaram seus estatutos jurídicos e socioculturais, por que esta pluralidade não foi representada na literatura e no cinema? Esta é uma questão que já foi e poderá ser objeto de análise privilegiado em vários trabalhos atentos aos Estudos de Gênero e a críticas teóricas produzidas por feministas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Vimos como a defesa de reformas sociais para a classe trabalhadora, para as minorias étnicas e raciais e a criação de diversos aparelhos sociais para atender as famílias e os indivíduos são algumas das reivindicações que se enredam com anseios e vontades de mudança de demais movimentos sociais nos Estados Unidos no começo do século XX. A moderna nação norte-americana que construiu nessa época o modelo sociopolítico e cultural que entrou em crise em 1929 não foi um mundo só de homens ricos ou não, brancos e americanos. Podemos afirmar que o protagonismo das mulheres já anunciava que algo não ia bem naquela imagem ordenada de nação ou de mercado, e iniciando uma resposta à pergunta que acabamos de fazer acima, toda esta pluralidade sobre o feminino e a atuação das mulheres causava ansiedades e medo. Não se representava para apreciação aquilo que se temia. Os anseios que se delinearão naquela sociedade patriarcal e capitalista que entraram em tensão durante a Grande Depressão não eram apenas da ameaça socialista e comunista, por isso as produções culturais da época foram uma forma de (re)construir a feminilidade, a maternidade e a família face a um mundo em ebulição.

Em meio a uma sociedade conservadora e mesmo reacionária, novas expectativas sobre a mulher se construíram alicerçadas nestas experiências políticas e sociais feministas, de esquerda, socialistas e radicais, enfim, de luta pelo fim das discriminações de classe e gênero. Essa revisão de literatura especializada permitiu ver como as mulheres agiram tanto quanto os homens no começo do século XX em pautas progressistas e, a partir de suas (inter)subjetividade e de suas crenças e relações sociais e culturais, ressignificaram o mundo e afrontaram a sociedade patriarcal com ameaças às hierarquias, tornando claros os anseios e desvios da ordem e do “natural” da binaridade dos sexos que foram vigorosamente combatidos. Os Estados Unidos dos primeiros decênios do século XX foi assim também uma nação feminina e de pluralidade étnica, racial, cultural e política – ainda que o imaginário do *American Dream* não contemple tais vivências e suas subjetividades político-culturais. Pode parecer óbvia esta afirmação, mas considerando as idealizações e estereótipos que fizeram parte da construção da identidade norte-americana até hoje em dia, tal reiteração torna-se central. As mulheres participaram de tal sociedade estando “dentro” do estereótipo de mães, irmãs e esposas, mas eram mais do que estereótipos. Foram viúvas, mães solteiras, celibatárias, chefes de família, donas de casa, funcionárias em fábricas, lideranças políticas, grevistas, enfim, independentes, responsáveis, que tiveram que “se fazer” sozinhas e cuidaram de suas famílias à sua forma, pois o sonho americano tinha então gênero e cor calcados no outro extremo do binômio. Por isso reiteramos que estudos dedicados a problematização da história das mulheres e a categoria de gênero não podem dividir as mulheres somente entre aquelas que reproduziam papéis tradicionais sobre o feminino, e aquelas que os desafiavam: a tensão entre as situações de submissão, (in)dependência e autonomia também fomentavam questionamentos acerca de tais papéis tradicionais, e o estudo pormenorizado de trajetórias é necessário para demonstrar tais nuances, reiterando a complexidade das relações políticas e (inter)subjetivas que enredavam as vidas então, como é o caso em qualquer período histórico.

"We want bread and roses too": feminisms and women's activism alongside America's disaffected (United States of America, 1900-1929).

ABSTRACT

The performance of dissident subjects and political groups in American society were constant in the first decades of the 20th century. The leftists and other alternative movements, as well as feminists, have great responsibility on the transformations that took place there. Social achievements are due to feminisms and women's movements such as suffrage, labor laws and social assistance to the poor and disadvantaged. Based on a review of specialized literature, the objective here is to reflect on the gender nuances present in this context. Such reflection allowed us to see how, in the midst of a conservative and even reactionary society, new expectations about women were built based on feminist, leftist and radical political and social experiences, despite the fact that the American Dream imaginary was not idealized. For such political-cultural movements, experiences and subjectivities.

KEYWORDS: Feminist Movement. Gender Studies. United States History. History of Women.

“Queremos pan y rosas”: feminismos y activismo de las mujeres con los descontentos en América (Estados Unidos, 1900 - 1929).

RESUMEN

El desempeño de sujetos disidentes y grupos políticos en la sociedad estadounidense fue constante en las primeras décadas del siglo XX. Las izquierdas y otros movimientos alternativos, así como las feministas, tienen una gran responsabilidad en las transformaciones que allí se produjeron. Los logros sociales se deben a los feminismos y movimientos de mujeres como el sufragio, las leyes laborales y la asistencia social a los pobres y desfavorecidos. A partir de una revisión de la literatura especializada, el objetivo aquí es reflexionar sobre los matices de género presentes en este contexto. Tal reflexión nos permitió ver cómo, en medio de una sociedad conservadora e incluso reaccionaria, se construyeron nuevas expectativas sobre las mujeres a partir de experiencias políticas y sociales feministas, izquierdistas y radicales, a pesar de que el imaginario del Sueño Americano no estaba idealizado. Para tales movimientos, experiencias y subjetividades político-culturales.

PALABRAS CLAVE: Movimiento feminista. Estudios de género. Historia de los Estados Unidos. Historia de las mujeres.

NOTAS

¹ O Nascimento de Uma Nação, de D. W. Griffith, marco do cinema ocidental, foi lançado neste período (1915). O enredo trata da história de uma jovem donzela branca sulista que é sequestrada e mantida em cativeiro por homens negros. Griffith coloca como heróis, que salvam esta donzela, membros da Klu Klux Klan. Não há nenhum ator negro: os personagens negros (os escravizados) são homens brancos com as faces pintadas de preto (black face). Acreditamos ser muito sintomática a aceitação e reconhecimento desta película: este foi um dos maiores “sucessos” do cinema norte-americano em formação, alcançando cifras bem elevadas em começo do século passado. Ele teria inclusive influenciado na própria estética da Klu Klux Klan, que adotou o uso das cruces em chapas após este filme (a popularização do filme colaborou para esta adoção). Para Ismail Xavier (1984), *O Nascimento de uma Nação* é o primeiro filme a demonstrar a importância do cinema como uma mídia que dialoga com a sociedade, tomando produções fílmicas como representações de debates e questões extra-fílmicas.

² Alguns estudos relacionam a origem da comemoração do Dia Internacional da Mulher a esta situação. Entretanto, estudiosas apontam que a origem do marco específico do Dia Internacional da Mulher em 8 de março se deve a uma greve ocorrida neste dia no ano de 1916 na Rússia czarista, quando aproximadamente 90 mil operárias teriam marchado contra as más condições de trabalho, a fome e a guerra. A data foi oficializada em 1975 perante a Organização das Nações Unidas (ONU) (GONZÁLEZ, 2010).

³ O presente artigo é parte de uma dissertação de mestrado que explorou a respeito desta questão da representação e dos discursos sobre as mulheres em produções culturais durante a Grande Depressão. Para uma análise mais específica, ver: MELO, Flávia da Rosa. **Mulheres da grande depressão: a itinerância das representações femininas e maternas no romance e filme As Vinhas da Ira-Estados Unidos (1930-1940)**. 2017. 253f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2017.

REFERÊNCIAS

BOCK, Gisela. Pobreza feminina, maternidade e direitos das mães na ascensão dos Estados-providência (1890-1950). In: DUBY, Georges; PERROT, Michelle. **História das Mulheres – O século XX**. Porto: Afrontamento, v. 1, 1991.

BRINKLE, Alan. Prosperity, Depression, and War, 1920-1935. In: FONER, Eric. **The New American History**. Philadelphia: Temple University Press, 1997, p. 133-158.

COBBLE, Dorothy S.; GORDON, Linda; HENRY, Astrid. **Feminism Unfinished: a short, surprising history of American women's movements**. New York: Liveright Publishing Corporation, 2014, p. xv.

DE LAURETIS, Teresa. **Technologies of Gender: Essays on Theory, Film and Fiction**. EUA: Indiana University Press, 1987.

DIVINE, Robert *et al.* **América – Passado e Presente**. Rio de Janeiro: Editorial Nórdica, 1990.

EISENSTEIN, Sarah. **Give us bread but give us roses**. London: Routledge. 1983.

FELSKI, Rita. **The gender of modernity**. Harvard University Press, 2009.

FRAISSE, Geneviève et al. **História das mulheres no Ocidente: o século XIX**. Porto: Afrontamento, 1991.

GONZÁLEZ, Ana Isabel Álvarez. **As origens e a comemoração do Dia Internacional das Mulheres**. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

HOBBSAWM, Eric. **A era dos impérios: 1875-1914**. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2015.

INDUSTRIAL Workers Of The World. A Union for all workers. Disponível em <http://www.iww.org/content/about-iww> . Acesso em 09 jan. 2017.

JENKINS, Philip. *et al.* **Breve história de Estados Unidos**: Quarta edición. Madrid: Alianza Editorial, 2015.

KARNAL, Leandro. *et al.* **História dos Estados Unidos**: das origens ao século XXI. São Paulo: Editora Contexto, 2007.

KAZIN, Michael. **American Dreamers**: how the left changed a nation. New York: Randon House, Inc. 2011.

LEE, Brian. REINDERS, Robert. A perda da inocência: 1880-1914. In: BRADBURY, Malcolm (Ed.). **Introdução aos estudos americanos**. Forense Univ., 1981.

LOURO, Guacira Lopes. **O corpo educado**: pedagogias da sexualidade. Autêntica, 2013.

MELO, Flávia da Rosa. **Mulheres da grande depressão**: a itinerância das representações femininas e maternas no romance e filme As Vinhas da Ira – Estados Unidos (1930-1940). 2017. 253f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2017.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 2, n. 20, p. 71-100, jul./dez. 1995.

XAVIER, Ismail. **D.W. Griffith – O Nascimento de um cinema**. São Paulo: Brasiliense, 1984.

Recebido: 22/11/2020.

Aprovado: 22/03/2021.

DOI: 10.3895/cgt.v13n44.13486.

Como citar: MELO, Flavia da Rosa. “Nós queremos pão e rosas”: feminismo e ativismo de mulheres junto aos descontentes da América (Estados Unidos, 1900 – 1929). **Cad. Gên. Tecnol.**, Curitiba, v. 14, n. 44, p. 434-450, jul./dez. 2021. Disponível em: <https://periodicos.utfpr.edu.br/cgt>. Acesso em: XXX.

Correspondência:

Flávia da Rosa Melo

Rua General Carneiro, 460 - Ed. Dom Pedro I - 7º andar, sala 716, Curitiba - Paraná. Brasil.

Direito autoral: Este artigo está licenciado sob os termos da Licença Creative Commons-Atribuição 4.0 Internacional.

